

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
FIGUEIRA - PARANÁ

Recurso Administrativo Pregão Presencial Nº021/2022

FABRICIO WESSLER , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.655.362/0001-16 , vem à ilustre presença de V.Sa., via de seu representante legal in fine assinado, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face de irregularidades no edital e classificação da empresa **LUCAS MENDES DE PAIVA CARDOSO** no âmbito do processo licitatório em epígrafe, consubstanciadas pelos motivos de fato e de direito que a seguir serão expostos:



I – PRELIMINARMENTE 1.1. Da tempestividade

No último dia 18/03/2022 ocorreu a Sessão Pública de Classificação e Julgamento das Propostas de Preços do P.P. 021/2022, oportunidade em que a licitante **LUCAS MENDES DE PAIVA CARDOSO** teve a sua proposta aceita e fora julgada vencedora da licitação.

A Recorrente fora intimada da decisão por ocasião da sessão de julgamento, iniciando assim o prazo legal no primeiro dia útil seguinte, 21/03/2022 (segunda- feira), com o termo final, por via de consequência, em 23/03/2022 (quarta - feira).

Assim, tempestiva a presente Impugnação, apresentada nos moldes previstos pelo art. 109, inciso I, alínea 'b' da lei federal nº 8.666/93 – Lei de Licitações.

II – DAS RAZÕES

2.1. Das Considerações iniciais

A Recorrente está participando da presente licitação, que tem por objeto **serviços de funilaria, pintura (corretiva, preventiva e estética) e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças/acessórios, para os diversos veículos e desta municipalidade.**

Tendo regularmente participado do certame, a Recorrente se classificou em 2º lugar após a análise das propostas apresentadas pelas licitantes.

Referida Licitação no item 6.2, letra g, prevê que:

A proposta deve conter marca do produto e serviço.

Por ocasião do oferecimento da proposta a empresa **LUCAS MENDES DE PAIVA CARDOSO** não observou as disposições contidas no edital.



Necessário frisar que referido questionamento encontra-se previsto no Edital o qual se faz lei entre as partes, ou seja, eventual incorreção deveria ser sanado no momento do julgamento.

“6.5 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem em sua essência aos requisitos do Edital, mas possuírem erro de forma ou inconsistências serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pela Comissão, na forma indicada”

Ou seja, muito embora exista tal previsão, a mesma não foi adotada pela nobre Comissão, **PRECLUINDO ASSIM O DIREITO.**

O artigo 3º da Lei de Licitações assim preceitua:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifamos)



Conclusão

III – DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer de V.Sa. conheça do presente recurso, aplicando a ele o efeito suspensivo nos termos do art. 109, § 2º da Lei de Licitações, para no final provê-lo, de modo a:

a) Modificar a decisão que declarou a empresa **LUCAS MENDES DE PAIVA CARDOSO** como vencedora do presente certame, desclassificando-a pelas divergências contido na proposta e por conseguinte, seja a Recorrente declarada vencedora;

b) Sendo diverso o entendimento, seja o Recurso, juntamente com o dossiê do processo que está com essa referida comissão, que seja enviado a autoridade superior para apreciação, nos termos do art. 109, § 4º da Lei de Licitações.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

FABRICIO WESSLER

